

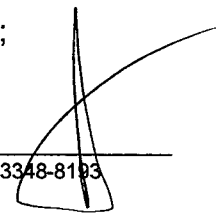
Realizou também, inúmeros cursos Universitários Complementares e de Extensão, sendo os mais importantes:

- Curso sobre Contratos de Risco, Faculdade de Direito do Recife/UFPE, Recife, 1976;
- Curso sobre a imunidade dos estados estrangeiros e de seus agentes à jurisdição local, pela Universidade de Brasília, em 1977;
- Curso sobre Direitos Autorais, Faculdade de Direito do Recife/UFPE, Recife, 1977;
- Curso de Pós-Graduação (strictu-sensu) de Acesso ao Mestrado em Gestão Educacional – UnIB/University Europen - Brasília, iniciado em 2003 – Módulos concluídos;
- Curso de Pós-Graduação (lato sensu) de Metodologias Avançadas no Ensino Superior – Universidade Paulista – Brasília, concluído em 2006;
- Curso de Pós-Graduação (lato Sensu) em Ciências Penais – UNIDERP/LFG.

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 322/09  
Fls. N.º 01 RITA

### Atividades Profissionais

- Professor da Academia Nacional de Polícia, do DPF, desde 1977 até 1999;
- Professor da Academia de Polícia Civil do Estado do Amapá, desde 1979;



Delegado de Polícia Civil do Distrito Federal - Concurso Público de 1981.  
Exercício: 22 de setembro de 1982 a 19 de dezembro de 1997 (quando se aposentou).

## Funções Exercidas junto à SSP/DF e POLÍCIA CIVIL DO DF

Assessor Jurídico da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, durante diversas gestões (Atividades: Pareceres, Planejamento Estratégico, Projetos de Estruturação Organizacional, Projetos de Decretos e de Leis, etc).

Secretário do Conselho Superior de Informações e Operações Policiais da Secretaria de Segurança Pública do DF;

Assessor do Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;

Delegado Plantonista na 11ª Delegacia de Polícia do Núcleo Bandeirante – DF;

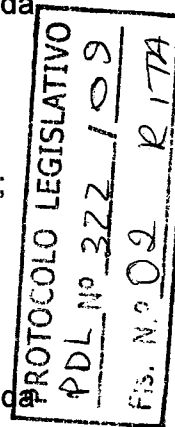
Presidente da Comissão Permanente de Licitações da SSP/DF (1987);

Presidente do Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE;

Delegado-Assistente da Delegacia de Polícia Interestadual - POLINTER, Polícia Civil do Distrito Federal;

Delegado-Chefe da POLINTER;

Assessor Jurídico da Polícia Civil do DF, diversas gestões;



Diploma de HONRA AO MÉRITO, concedido pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 28 de outubro de 1992, em reconhecimento pelos serviços prestado na qualidade de primeiro Coordenador de Segurança (Polícia Legislativa) do órgão, por haver estruturado e implantado a primeira polícia legislativa de unidade da federação que se tem notícia;

Foi homenageado como Patrono dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão, Turmas de 1998;

Foi homenageado pela Turma de alunos do Curso de Formação Profissional de Escrivão de Polícia Civil do Maranhão, 1998, Turma Dr. JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DE LIMA;

Agraciado com a Medalha do Mérito Policial Civil – Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira – conferida pelo Governador do Distrito Federal;

MOÇÃO DE LOUVOR, proposta pelo Exmo. Sr. Deputado Distrital Brunelli, conferida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 28 de setembro de 2007;

Certificado de Honra ao Mérito, concedida pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, “pelo empenho e dedicação com que sempre pontificou seu trabalho como Sindicalista no Distrito Federal”, em 2007;

MOÇÃO DE LOUVOR, proposta pelo Deputado Distrital Milton Barbosa, conferida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 20 de abril de 2009.

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 322 / 09  
IN. Nº 03 RITA

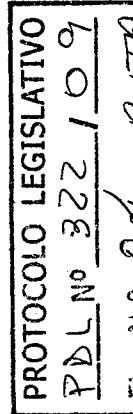
Em Recife, reiniciou seu curso de Direito, na Universidade Federal de Pernambuco – na FACULDADE DE DIREITO DE RECIFE, tradicional e mais antiga faculdade de direito do Brasil, curso que foi concluído em 1978, no CEUB, devido sua transferência para esta Capital.

Em 1979, foi nomeado Delegado de Polícia Federal, permanecendo na Academia Nacional de Polícia até 22 de setembro de 1982, data em que tomou posse no cargo de DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL do Distrito Federal.

De 22 de setembro de 1982 até 19 de dezembro de 1997, ou seja, por 15 (quinze) anos, JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DE LIMA exerceu o cargo de Delegado de Polícia Civil no Distrito Federal, onde ocupou relevantes cargos públicos e desempenhou funções e atividades que concorreram para o aperfeiçoamento da Polícia Civil desta Capital, com mérito e reconhecimento de seus superiores, colegas e subordinados.

Mesmo durante o período em que esteve lotado em Recife, na Polícia Federal, o Dr. José Augusto, que já havia fincado raízes profundas nas terras vermelhas do Distrito Federal, manteve vínculo com a cidade, para onde viajava constantemente. Tanto que constituiu família em Brasília, havendo seus filhos GUSTAVO RIBEIRO LIMA (Psicólogo), ARTHUR RIBEIRO LIMA (Advogado) e VIVIANE RIBEIRO LIMA (Estatística) nascidos nesta cidade, onde sempre viveram, estudaram e se formaram.

Ao longo da sua atividade profissional, o Delegado JOSÉ AUGUSTO pautou sua conduta pela ética, moralidade, respeito aos direitos humanos e exemplar profissionalismo. Como professor das Academias Nacional de Polícia Federal e da



recursos da União destinados ao custeio das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, prevista no artigo 21, inciso XIV, da CF, cuja redação final garantiu a organização e a manutenção dos órgãos de segurança pública do DF pela União. Mais tarde, esse dispositivo foi alterado, para instituir o Fundo Constitucional do Distrito Federal, mantendo-se a competência da União para “organizar e manter” os referidos órgãos.

Na 10ª Delegacia Policial, onde foi Delegado Titular, manteve aproximação com a Comunidade do Lago Sul, organizando reuniões em residências e igrejas para fazer palestras e oferecer sugestões de segurança e prevenção contra roubos e furtos. Com o apoio das Associações de moradores fez campanha de conscientização junto à comunidade, inclusive elaborou a cartilha “Furtos, como evitar”, distribuída aos moradores em casas, padarias, comércio local, no que resultou a redução de furtos e roubos na área de competência daquela delegacia.

A metodologia de aproximação da polícia com a comunidade ensejou o reconhecimento do trabalho realizado pelo Dr. José Augusto, como Titular da 10ª Delegacia do Lago Sul, tanto que a comunidade doou uma viatura nova para a Delegacia, fato único no Distrito Federal.

Organizou e coordenou o primeiro Encontro Nacional de Delegados de Polícia de Repressão a Sequestros, no qual foram traçadas as diretrizes nacionais de cooperação, doutrina e procedimentos para combate ao crime de extorsão mediante seqüestro, adotadas pelas Delegacias em todo o Brasil.

PROCOLO LEGISLATIVO  
PD L Nº 322 / 09

propôs em assembléia da ADEPOL/DF a criação de um SINDICATO próprio para a categoria, cuja aprovação resultou na fundação do SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL – SINDEPO, em 25 de junho de 1989, tendo sido o Dr, José Augusto o seu Primeiro Presidente. É de se destacar que o SINDEPO foi o primeiro sindicato de Delegados de Polícia criado no Brasil.

Sempre atuou como líder, participando de atividades coletivas de interesse da categoria, inclusive durante o processo de Revisão Constitucional, no Congresso, apresentando sugestões e assessoria a parlamentares, junto aos colegas das Associações policiais de todo o Brasil.

Após sua aposentadoria, o Dr. José Augusto dedicou-se de corpo e alma à luta pela Lei Orgânica Nacional das Polícias Civas integrando a equipe da ADEPOL DO BRASIL, inclusive participando de diversos grupos de trabalho no Ministério da Justiça para elaboração de projetos de lei que disciplinaram a atividade policial, além participar de debates em Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal, oferecendo pareceres e sugestões aos Parlamentares.

Integrou a equipe de servidores da Câmara Legislativa, no período de 29/01/92 a 30/08/93, sob a matrícula nº 10.787 (CLDF), ocupando a função de COORDENADOR DE SEGURANÇA. Nessa oportunidade, colaborou com a equipe de organização da estrutura da Casa, no que resultou na atual organização da Polícia Legislativa do Distrito Federal, com cargos definidos e competências definidas, inclusive funções de polícia judiciária, qual seja, para instaurar inquérito policial e apurar infrações penais ocorridas nas suas áreas físicas e instalações. Inclusive, presidiu os primeiros inquéritos policiais instaurados pelo Presidente da Casa, naquela primeira Legislatura.

PROTÓCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 322 / 09

Como pesquisador, desde o período da Assembléia Nacional Constituinte, dedicou-se a resgatar a origem histórica e a evolução da polícia brasileira, havendo comprovado por meio de Atos Normativos existentes no Acervo da Legislação do Império e Federal que a Polícia Civil da Capital do Brasil foi criada em 10 de maio de 1808, com o nome de INTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA DA CORTE E DO ESTADO DO BRASIL, por Alvará do Príncipe Regente Dom João, mais tarde Rei de Portugal e do Brasil, com o título de Dom João VI.

Ao longo da História, os atos normativos registram a evolução dessa Instituição e do cargo de Delegado de Polícia, até os nossos dias, comprovando os seus 201 (duzentos e um) anos de existência ininterrupta. A pesquisa, que se somou a outras realizadas em vários Estados, hoje faz parte da cultura das Academias de Polícia, sendo motivo de orgulho a origem histórica da Polícia Civil.

O amor por Brasília levou o Dr. José Augusto a fixar sua residência definitiva nesta cidade, ao ponto de renunciar sua carreira na Polícia Federal, que, como é sabido, movimentava seus integrantes para diversos Estados.

Passaram-se 39 anos desde a sua chegada. De chefe de grupo escoteiro a Corregedor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, de professor a advogado militante, de eleitor registrado desde 1970 na 1ª Zona Eleitoral de Brasília, de sindicalista a pesquisador da História da Polícia da Capital do País, tem o Dr. José Augusto pautado sua vida pela dedicação à polícia e à educação, contribuindo para a formação de novos cidadãos e de bons policiais.

PROTÓCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 322 / 09

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PDL Nº 322 / 09  
Fis. Nº 08 RITA